

EDITORIAL

BALANÇO NECESSÁRIO

UM balanço do ano de 2008 na Uerj precisa considerar acontecimentos e reflexões que certamente vão marcar significativamente nossa história profissional e institucional no próximo período. A aprovação de um plano de carreira para os professores da Uerj é, sem dúvida, um fato marcante, mas, independente da propaganda distorcida que a reitoria faça em relação a essa conquista, todos sabemos não só o que ele representa, mas principalmente o que representa a forma como tudo foi conduzido junto às instâncias do poder do estado, fora, portanto, das raízes da autonomia universitária.

De fato, 2009 trará para o conjunto dos docentes da Uerj a dura realidade das pequeníssimas parcelas semestrais – evidentemente uma tentativa de nos dar um “cala-boca”, diante da perda salarial de mais de 70% – e a necessidade de prosseguir na luta em defesa das nossas condições de trabalho. Mais ainda: os ecos de todo o investimento que a atual reitoria fez na desagregação interna do corpo docente ainda se farão ouvir por muito tempo.

Avaliamos que a comunidade universitária ainda levará algum tempo para superar o comportamento fracionário, a lógica de grupo ocupando o espaço do poder na Universidade, que deveria ser plural e democrática por natureza, as rasteiras dos falsos informes dados para os sindicatos em reuniões formais (e depois desmentidos pelo próprio governo), entre outros problemas. A celebração, na página da Universidade, da conquista do regime de dedicação exclusiva no texto final do PCD, depois de tudo o que a própria reitoria fez para inviabilizar as emendas, soa ainda como um rescaldo desse entendimento de que a Uerj pode ser um lugar de joguetes pouco consequentes, para dizer o mínimo.

Alguns ainda podem pensar que isso revela apenas uma disputa entre a reitoria e a associação docente, mas é preciso ponderar que o alcance daquilo

a que assistimos em 2008 é muito maior. Embora o alvo daqueles que operam em surdina nos bastidores, nos acordos sem nenhuma transparência, fosse claramente a Asduerj, o que ocorreu na Universidade é muito grave e se caracteriza por um amplo desrespeito à democracia interna e à tradição institucional.

Para ficar no exemplo do PCD, note-se que, nos últimos 18 anos, a comunidade universitária foi convocada para fazer a discussão do plano de carreira docente por duas vezes, uma delas, inclusive,

**O que conseguimos fazer
avançar foi conquistado com
NOSSA MOBILIZAÇÃO
E NOSSA INDIGNAÇÃO**

recentemente (o que inviabiliza qualquer alegação de debate “ultrapassado” ou “desatualizado”). Em nenhuma das duas vezes o Conselho Universitário – instância máxima da Universidade, à qual deve se subordinar o próprio reitor – autorizou qualquer entendimento de um tipo de organização da carreira docente que trouxesse distinções de tratamento entre os segmentos do magistério, salvo as diferenças já previstas nas progressões. Portanto, não havia nada, nem na tradição nem no âmbito da legalidade institucional, que referendasse esse modelo de plano que desequilibra o tratamento dado a auxiliares, assistentes, adjuntos e, agora, associados – além de prever reajustes diferenciados e de conter iniquidades no número de níveis em cada categoria.

Assistimos, portanto, a um vale-tudo institucional, em que um segmento cuja visão – em nosso entendimento, antidemocrática e elitista –, é derrotada nos fóruns internos da Universidade, investe no Legislativo, com o devido apoio da reitoria, como re-

curso para tentar driblar a sensibilidade majoritária do conjunto da Uerj e impor seu entendimento particular de carreira docente ao conjunto dos colegas professores. De fato, ostentar adesivos e faixas de “PCD sem emendas” (como o fez a vice-reitora no dia de uma audiência pública) significa, inequivocamente, dizer ao Legislativo que não queríamos a dedicação exclusiva, nem a redução das parcelas de implantação do plano, nem a manutenção do mesmo número de níveis para todos os professores, nem reajustes iguais para todos, como sempre aconteceu na Uerj. Como se ainda fosse preciso ir à Alerj lutar para que a lógica do governo – endossada pela reitoria – fosse ouvida por uma casa legislativa visivelmente hegemônica pelo Executivo, como se já não viesse sendo fato corriqueiro na política brasileira o jogo duríssimo com os trabalhadores e o amplo favorecimento de interesses outros. Mas, sem dúvida, essa movimentação da reitoria e de seus apoiadores prejudicou a defesa das legítimas reivindicações da categoria, saldo político que se fará histórico e com o qual conviveremos por muito tempo.

O que conseguimos fazer avançar, portanto, foi conquistado com nossa mobilização e nossa indignação, apesar de todos os esforços em contrário. Como já dissemos, o Plano de Carreira Docente aprovado na Alerj traz em seu texto as marcas de um autoritarismo sem limites no interior da nossa Universidade, mas terá gravadas também as marcas de nossa luta, de nossa resistência e persistência.

E, em 2009, precisaremos de ainda mais resistência e persistência, se quisermos garantir um regime de DE mais democrático, se quisermos fazer frente ao arrocho salarial, aos desmandos internos e às tentativas de tornar a Uerj uma província ou um trampolim. A julgar pelo ocorrido no último período, toda nossa disposição de luta será necessária para evitar que a Uerj se reduza a palco ou alavanca de interesses que, definitivamente, não se coadunam nem com a natureza do trabalho acadêmico nem com um projeto minimamente democrático de Universidade.

UERJ EM MOVIMENTO

Retrospecto do que aconteceu - ou não - no ano de 2008

Difícil encontro



“O reitor não tem agenda” foi a resposta mais vezes ouvida pela diretoria da Asduerj diante das diversas tentativas de agendar uma reunião com o Magnífico. Desde o início do ano, nove ofícios foram remetidos à reitoria solicitando uma audiência. No entanto, Ricardo Vieiralves recebeu a representa-

ção docente de forma oficial apenas três vezes: no início da gestão, em 25/03; em 27/08, para discutir problemas no pagamento de professores que passaram do regime de 20h para o de 40h; e após o início da votação do plano na Alerj, em 27/11.

Em 25 de junho, após uma assembléia

conjunta, docentes e técnico-administrativos foram à sala de Vieiralves exigir o fim do silêncio (foto). “Vocês me pegaram de surpresa”, disse o reitor. Na reunião forçada, ele informou ter recebido do governo no dia anterior, 24/06, o projeto de plano de carreira docente aprovado pelo Consuni, com solicitação de “explicações e justificativas sobre o impacto financeiro e o aspecto jurídico”. Prometeu que responderia rapidamente ao pedido do governo e que, antes de enviar o documento com as informações, daria conhecimento à Asduerj do teor. Não cumpriu.

Meses depois, em entrevista coletiva à imprensa, negou ter realizado avaliação jurídica do plano e esquivou-se ao ser indagado sobre a proposta aprovada pelo Consuni. “Não existe plano. Existe uma proposta de plano a ser apresentada à Assembleia Legislativa, mas isso não é iniciativa da universidade, é uma iniciativa do governo do estado”, respondeu.

Apertem os cintos, o governador sumiu

Se o contato com o reitor da universidade foi difícil, uma reunião com o governador Sérgio Cabral ao longo de 2008 revelou-se tarefa impossível. As entidades representativas da Uerj enviaram seis ofícios ao governo solicitando uma audiência. Nem mesmo a primeira-dama Adriana Anselmo foi poupada. No dia 12 de agosto, uma carta endereçada ao governador foi entregue a ela, que participava de uma solenidade na Uerj. No entanto, Cabral, que é Chanceler da Uerj, não recebeu os trabalhadores da universida-

de. Desde o início de sua gestão, ele e as representações das categorias estiveram frente a frente uma única vez: em abril de 2007.

Apoio parlamentar

Em 2008, foi no Poder Legislativo que as demandas dos servidores e estudantes da Uerj encontraram maior eco. Ao longo do ano, a Comissão de Educação da Casa realizou quatro audiências públicas sobre a Uerj; duas delas realizadas no campus da universidade, em maio e em outubro. A última audiência aconteceu no dia 26 de novembro, na Alerj, e tratou

apenas do Plano de Carreira Docente (veja quadro sobre o assunto e página 04).

A exemplo de 2007, os parlamentares da Comissão de Educação negociaram, no final do ano passado, um acréscimo na verba destinada pelo governo do estado à instituição. O aporte suplementar aprovado no orçamento de 2009 foi de cinco milhões.

Uerj em greve

A greve dos docentes da Uerj começou no dia 15 de setembro de 2008, exatos quatro meses após o lançamento oficial da campanha salarial das duas ca-

tegorias, quando uma coroa de papelão foi pendurada no hall dos elevadores. Os professores encontravam-se em estado de greve desde o dia 28 de maio.

A decisão pela greve foi tomada na assembleia docente do dia 09 de setembro, data-limite concedida pela categoria ao governador do estado para apresentação de uma proposta de reajuste. Nesta data, foi distribuída à comunidade acadêmica uma nota assinada pelo reitor Ricardo Vieiralves na qual ele informava que o governo estadual estaria iniciando a partir de dezembro de 2008 um processo de “readequação da carreira

docente”, que seria implementado com novos vencimentos, sem, ainda, informação sobre a data de término.

No texto, já se identificavam alguns dos pontos que seriam combatidos por parte dos professores durante a greve e o processo de aprovação do plano: um reajuste diferenciado para cada uma das categorias do magistério e ausência de proposta para os servidores técnico-administrativos.

Excluídos da pauta governamental, os técnico-administrativos decidiram, em assembleia realizada no dia 18 de setembro, também entrar em greve.

Reitoria ocupada



Em 2008, não foram apenas os trabalhadores a se movimentar por melhorias na universidade. No dia 10 de setembro, os estudantes ocuparam a reitoria da Uerj. Reivindicavam a cons-

trução do bandeirão, da creche universitária e de alojamentos, além de reformas na infra-estrutura do prédio e o repasse de 6% da receita tributária líquida do estado à instituição.

Os estudantes permaneceram na reitoria até o dia 1º de outubro. Após a saída dos alunos, uma comissão de vistoria formada pela diretoria da Asduerj, pelo professor Pedro Senne, do Conselho de Representantes da entidade, e por representantes do Sintuperj e da administração central, além de membros da executiva do DCE, constatou que não havia sinais de depredação do espaço físico.

Os alunos conseguiram que a reitoria desse início ao processo de licitação para a construção do bandeirão no campus Maracanã. Além disso, foram inauguradas três salas com ar condicionado e acesso à internet para a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF). Acordaram-se, ainda, reuniões entre reitoria e representantes do DCE a fim de estudar o atendimento das outras demandas.



desrespeito à autonomia da universidade, com a reitoria e o governo defendendo a implementação de um plano diferente do aprovado pelas instâncias internas cabíveis, os docentes resolveram lutar pela atenuação, no Legislativo, das graves distorções do projeto de lei.

Foram muitas as reuniões, na Asduerj e em diversas unidades, e as visitas à Assembléia Legislativa com o objetivo de garantir quatro fundamentais emendas ao projeto: a instituição do regime de dedicação exclusiva, ao lado dos regimes de tempo parcial e tempo integral; a garantia de isonomia entre categorias; a implantação de quatro níveis também para as categorias de auxiliar e assistente; e o não parcelamento do pagamento.

Vá de bicicleta!

Professores, técnico-administrativos e estudantes promoveram manifestação pelas ruas da Glória, Flamengo, Largo do Machado e Laranjeiras no dia 23 de setembro. A “bicileata”, que partiu da Praça Paris rumo ao Palácio Guanabara, cobrou do governo as promessas feitas à comunidade acadêmica durante a campanha eleitoral.

Após o ato, representantes das entidades foram recebidos pelo secretário de Ciência e Tecnologia Alexandre Cardoso (PSB). Na reunião, Cardoso afirmou que a proposta de PCD apresentada pelo governador havia sido elaborada por uma comissão do governo em parceria com a reitoria da universidade.

Com emendas

Em 29 de outubro de 2008, a assembleia docente aprovou a luta por emendas ao plano de carreira dos professores da Uerj. Diante do anunciado

senso, de quatro emendas ao projeto. A mais relevante prevê o regime de Dedicação Exclusiva, implementado após a conclusão dos pagamentos referentes ao PCD e por lei específica. Pelo acordo, restrito aos deputados, e para desagrado dos docentes em greve, as demais emendas foram retiradas durante a votação em plenária.

Conselhos rebaixados

No período entre 25 de julho e 28 de novembro de 2008 não houve uma única sessão do Conselho Universitário. Segundo informações da Secretaria dos Conselhos, durante todo o ano, foram convocadas apenas duas sessões ordinárias do Consuni, além de outras cinco extraordinárias. O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Csepe) reuniu-se ordinariamente apenas cinco vezes. Houve, ainda, outras cinco sessões extraordinárias, três delas no mesmo mês.

O reduzido número de reuniões descumpra os regimentos de ambos os órgãos, que exigem que cada um dos

Conselhos se encontre, pelo menos, uma vez por mês. A não-convocação do Consuni nos últimos meses impediu, por exemplo, que a comunidade universitária obtivesse informações sobre a tramitação do PCD aprovado pelo Conselho. Protegido das indagações dos conselheiros, o reitor

conseguiu esconder da categoria o retorno do projeto à universidade, sob a justificativa de ser inconstitucional, e pôde orquestrar, junto ao governo estadual, uma proposta diferente da aprovada internamente.



Eu adoro jujubas!

O vídeo “A incrível saga de um plano de carreira”, produzido pelo docente João Araújo, da FEN, obteve mais de 4.500 acessos no youtube. A produção explica, de maneira bastante didática, os problemas da proposta de readequação de carreira docente encaminhada pelo governador à Alerj no final de 2008. Apresentado aos parlamentares antes da votação do PCD, o vídeo tinha o intuito de sensibilizá-los quanto à necessidade da aprovação de emendas ao plano. Ainda pode ser visto na página da Asduerj: www.asduerj.org.br



Agora que conseguimos resolver, na Alerj, a discussão do projeto de lei imposto pela dupla governador/reitor julgamos ser necessário fazer algumas considerações sobre o documento, designado pelo codinome PCD, de máxima importância para o destino dos docentes da Uerj e consequentemente, da própria instituição.

Somente um reitor inteiramente descomprometido com sua universidade participaria de um projeto que se baseava em quebra da sua autonomia - princípio essencial da existência e sobrevivência das instituições desta natureza. Se há algum princípio a ser defendido por aqueles que alcançam o galardão de exercer o reitorado este é o de resguardar a autonomia sem a qual a universidade fica incapacitada para cumprir os propósitos que lhe são inerentes.

Mostra-se inconcebível um reitor tramar, fora da universidade, a proposta de um plano de carreira - instrumento fundamental do trabalho dos seus docentes durante suas vidas de criação e difusão do conhecimento. O que sempre se concebe é o reitor, a postos, impedindo qualquer possibilidade de ter a autonomia de sua universidade submetida a agressões externas ou, como neste caso, internas. Esta foi a primeira tramoia.

Outra foi manter distantes da trama não só a comunidade uerjiana mas, também, os artífices do plano de carreira construído de acordo com as normas universitárias vigentes. Apesar de constar como autores elementos estranhos à Uerj, no projeto são visíveis as digitais de alguns docentes de seu quadro. Um pequeno e escondido grupo de docentes substituiu, com suspeitas intenções, a numerosa comunidade de docentes, de técnico-administrativos e de alunos pertencentes aos conselhos superiores da universidade que detem a devida incumbência estatutária de elaborarem o plano. A sensação de usufruto de vantagens grupais não foi evitada.

A opção de promover um plano de carreira, introduzindo sub-repticiamente um injusto reajuste salarial, e, abandonar a negociação de um legítimo reajuste com reposição das perdas, foi mais uma tramoia do projeto. Neste caso, o docente foi usado como instrumento de uma farsa: apresentaram como plano de carreira um reajuste que não queriam ver declarado para não despertar reivindicações de outras categorias de servidores também vítimas de defasagens salariais por longos anos.

Insaciados, mais uma grande tramoia, a maior de todas, foi engendrada. Ao invés de embutir um reajuste linear nos vencimentos básicos das categorias, resolveram consumir uma perversidade: a imposição de índices de reajustes me-



No primeiro dia de discussão do plano na Alerj, um grupo de docentes ostentava faixa defendendo plano sem emendas

As tramoias do PCD da reitoria

Antônio Braga Coscarelli

nores para os que já ganham menos e um índice estratosférico para uma recém-criada categoria, a dos Associados.

Rejeitaram um reajuste linear em favor de um reajuste que praticamente só beneficia um pequeno grupo de docentes. Foi combinado um enganoso argumento para justificar a tramoia: o desejo de incentivar a qualificação dos quadros. Omitiram que, de longa data, desde 1991, (Res. 03), já se estabelecera o instrumento adequado a essa finalidade. Como é natural, ele está garantido na evolução vertical da carreira quando os salários são amplamente aumentados sempre que é ampliada a titulação do docente. Foi por este caminho que a universidade saltou do quase zero para os atuais 60% de doutores, e mais não tem por escassez de concursos. Não se justifica, como intenção saudável, o agravamento de um incentivo que já estava sancionado pelos

órgãos competentes da Uerj com aprovação da comunidade.

Para culminar as tramoias, houve a mobilização de um grupo de docentes, politicamente vinculados à atual reitoria, para impedir a discussão do indigitado PCD e sua possível permeabilidade às emendas que eliminassem as injustiças existentes. Essa luta pela “aprovação do plano, sem emendas”, liderada pela reitoria foi um dos mais insensatos espetáculos já acontecidos na Uerj.

Fundamentadamente criticadas essas tramoias no Conselho Universitário, foram elas justificadas com um único e esdrúxulo argumento: a categoria de professor Auxiliar, a inicial da carreira, seria a mais beneficiada pelo projeto, apesar do seu menor reajuste. Em presença de outros reajustes maiores, um dos quais de 83% (superando as perdas salariais), o Auxiliar ao concluir o mestrado (dois

anos) é promovido a assistente; em seguida, completado o doutorado (quatro anos) é elevado a adjunto; ao cumprir os prazos para ter as promoções horizontais (10 anos, no mínimo, de adjunto na Uerj), necessárias para solicitar a ascensão à categoria de Associado, conseguir atender as condições a serem estabelecidas pelo Conselho Universitário e, finalmente, aprovação por alguma comissão, terá conquistado a condição de professor Associado e um reajuste maior do que todos os das demais categorias.

O argumento é tão “poderoso” que não entendemos porque não foi zerado, agora, o reajuste dessa categoria já que quanto mais próximo de zero for o salário do Auxiliar maior é o incentivo para crescer por ser maior, ainda, o benefício final. Êta tramoias supimpas.

expe
diente

DIRETORIA DA ASDUERJ (BIÊNIO 2007/2009)

Presidente: Inalda Couto (FFP)

I Vice-Presidente: Denise Brasil (CAp)

II Vice-Presidente: Antonio Braga Coscarelli (IME/Aposentado)

I Tesoureiro: Guilherme Locks (IEFD)

II Tesoureiro: Arnaldo José Noronha Filho (FCM)

I Secretário: Rodrigo Lychowski (DIR)

II Secretário: Iná Meireles (HUPE)

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Braga Coscarelli, Denise Brasil e Iná Meireles

EQUIPE TÉCNICA

Jornalista responsável: Sérgio Franklin

Jornalista: Paula Almada

Estagiário de jornalismo: Átilas Campos

Edição Visual: Leila Braille